

**ENTRE A CRUZ E A IDEOLOGIA: A CRISE DE IDENTIDADE DO CATOLICISMO
BRASILEIRO PÓS-CONCÍLIO VATICANO II (1960-1985)**

BETWEEN THE CROSS AND IDEOLOGY: THE IDENTITY CRISIS OF
BRAZILIAN CATHOLICISM AFTER THE SECOND VATICAN COUNCIL (1960-1985)

ENTRE LA CRUZ Y LA IDEOLOGÍA: LA CRISIS DE IDENTIDAD DEL
CATOLICISMO BRASILEÑO DESPUÉS DEL CONCILIO VATICANO II (1960-1985)

Luciana Müller

Orientador: Pof. Dr Tobias do Rosário Serrão

RESUMO

Este artigo analisa a crise de identidade do catolicismo brasileiro no período pós-Concílio Vaticano II (1960–1985), marcada pela tensão entre a renovação pastoral e a penetração das ideologias modernas na vida eclesial. A pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica e documental, utiliza como principais fontes os *Cadernos do ISER* (1979) e obras de referência teológica e sociológica contemporâneas. Os resultados indicam que, embora o Vaticano II tenha impulsionado um diálogo fecundo entre fé e mundo moderno, no Brasil essa abertura resultou na difusão da *Teologia da Libertação*, que reinterpreto a mensagem cristã à luz de categorias marxistas e sociológicas. Essa inversão hermenêutica conduziu a uma pastoral politizada, descrita pelo ISER como “novo engajamento católico”, na qual o anúncio do Evangelho foi frequentemente substituído pela militância social. Em resposta, o magistério de Bento XVI reafirmou a necessidade de reconciliação entre fé e razão, restabelecendo o primado do espiritual sobre o ideológico. Conclui-se que a crise do catolicismo brasileiro preparou o terreno para a reconfiguração do campo religioso nacional e para o avanço das igrejas evangélicas.

Palavras-chave: catolicismo brasileiro; Concílio Vaticano II; Teologia da Libertação; ISER; secularização.

ABSTRACT

This article analyzes the identity crisis of Brazilian Catholicism in the post-Vatican II period (1960–1985), marked by the tension between pastoral renewal and the

penetration of modern ideologies into ecclesial life. The research, qualitative in nature, bibliographic and documentary, uses as its main sources the ISER Notebooks (1979) and contemporary theological and sociological reference works. The results indicate that, although Vatican II fostered a fruitful dialogue between faith and the modern world, in Brazil this openness resulted in the diffusion of Liberation Theology, which reinterpreted the Christian message in light of Marxist and sociological categories. This hermeneutical inversion led to a politicized pastoral approach, described by ISER as a "new Catholic engagement," in which the proclamation of the Gospel was frequently replaced by social activism. In response, the magisterium of Benedict XVI reaffirmed the need for reconciliation between faith and reason, re-establishing the primacy of the spiritual over the ideological. It is concluded that the crisis of Brazilian Catholicism prepared the ground for the reconfiguration of the national religious landscape and for the advancement of evangelical churches.

Keywords: brazilian catholicism; Second Vatican Council; Liberation Theology; ISER; secularization.

RESUMEN

Este artículo analiza la crisis de identidad del catolicismo brasileño en el período posterior al Concilio Vaticano II (1960-1985), marcada por la tensión entre la renovación pastoral y la penetración de las ideologías modernas en la vida eclesial. La investigación, de carácter cualitativo, bibliográfico y documental, utiliza como fuentes principales los Cuadernos del ISER (1979) y obras de referencia teológicas y sociológicas contemporáneas. Los resultados indican que, si bien el Vaticano II fomentó un diálogo fructífero entre la fe y el mundo moderno, en Brasil esta apertura derivó en la difusión de la Teología de la Liberación, que reinterpreto el mensaje cristiano a la luz de categorías marxistas y sociológicas. Esta inversión hermenéutica condujo a un enfoque pastoral politizado, descrito por el ISER como un «nuevo compromiso católico», en el que la proclamación del Evangelio fue frecuentemente sustituida por el activismo social. En respuesta, el magisterio de Benedicto XVI reafirmó la necesidad de reconciliación entre fe y razón, restableciendo la primacía de lo espiritual sobre lo ideológico. Se puede concluir que la crisis del catolicismo brasileño allanó el camino para la reconfiguración del panorama religioso nacional y el avance de las iglesias evangélicas.

Palabras clave: catolicismo brasileño; Concilio Vaticano II; Teología de la Liberación; ISER; secularización.

1 INTRODUÇÃO

As transformações vividas pelo catolicismo brasileiro ao longo do século XX conduziram a Igreja a uma nova e complexa fase de sua história. A separação entre Igreja e Estado, a reorganização pastoral e o renascimento intelectual e laical das décadas de 1920 a 1950 haviam proporcionado um novo vigor à vida religiosa nacional, marcado pela expansão diocesana, pela consolidação de movimentos apostólicos e pelo desenvolvimento de instituições educacionais católicas. Contudo, o mesmo processo de abertura que renovou a Igreja também a expôs às influências das ideologias modernas, marcadas pelo racionalismo, pelo materialismo e pela politização das questões sociais, num contexto de urbanização acelerada, crise institucional e tensões democráticas.

O Concílio Vaticano II (1962–1965) marcou um divisor de águas. Propondo uma atualização da linguagem e da presença eclesial no mundo, o Concílio buscou restabelecer o diálogo entre fé e cultura, Igreja e sociedade, sem romper com a tradição, mas aprofundando-a. Entretanto, a aplicação de suas orientações na América Latina deu origem a interpretações diversas, algumas das quais ultrapassaram o espírito conciliar. No Brasil, a confluência entre o ambiente de efervescência social, a influência do pensamento marxista e a mobilização de setores populares resultou no surgimento de novas correntes pastorais que reinterpretaram o Evangelho à luz das categorias de libertação econômica, política e estrutural — processo que alcançou sua expressão mais conhecida na Teologia da Libertação.

Essa nova leitura da fé encontrou terreno fértil em um catolicismo de base popular, mais devocional do que doutrinário, no qual o engajamento pastoral e as causas sociais passaram a ocupar o centro da ação eclesial. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tornaram-se laboratórios dessa experiência, substituindo, em muitos casos, a formação catequética pela práxis sociopolítica. Nesse contexto, parte da Igreja passou a compreender a evangelização não mais como anúncio do Reino de Deus, mas como transformação revolucionária das estruturas sociais. Enquanto setores do laicato e da vida religiosa se engajavam intensamente na

militância política, grande parte do episcopado buscava conciliar renovação pastoral com fidelidade doutrinária, criando tensões internas que marcariam profundamente a identidade católica.

Os Cadernos do Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER (1979) constituem um registro documental privilegiado desse processo. Suas publicações analisam a atuação da Igreja no campo social e político, descrevendo as novas formas de engajamento pastoral, a reconfiguração das relações entre fé e sociedade e os impactos da ditadura militar sobre a ação da Igreja. Embora apresentem a “Igreja dos pobres” como expressão autêntica do Evangelho, seus textos também revelam o deslocamento progressivo do foco teológico para a ação sociopolítica — um movimento que expressa a transição de um catolicismo pastoral para um catolicismo ideológico, no qual a identidade religiosa é frequentemente moldada por categorias sociológicas e não por conteúdos propriamente teológicos.

Diante desse cenário, o presente artigo tem por objetivo investigar as causas, os desdobramentos e as implicações teológicas, sociológicas e pastorais da crise de identidade do catolicismo brasileiro após o Concílio Vaticano II. Busca-se compreender de que modo o diálogo com o mundo moderno, inicialmente proposto como abertura pastoral, acabou por favorecer a penetração de ideologias seculares no interior da Igreja, redefinindo seu discurso, suas práticas e sua presença pública. Pretende-se também analisar como a tensão entre evangelização e politização repercutiu na formação do laicato, na estrutura episcopal, na vida comunitária e nos modos de pertencimento religioso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Concílio Vaticano II e a reinterpretção latino-americana da renovação eclesial

O Concílio Vaticano II (1962–1965) constituiu o maior esforço de atualização teológica do século XX, propondo uma renovação da linguagem, da liturgia e da

presença pública da Igreja. Documentos como *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes* e *Apostolicam Actuositatem* ressaltaram a dignidade batismal dos fiéis, a missão evangelizadora da Igreja e a necessidade de diálogo com o mundo contemporâneo. Congar (1967) interpreta o Concílio como um retorno às fontes — Escritura, Tradição e Padres da Igreja — destinado a purificar a vida eclesial de estruturas excessivamente jurídicas e a restaurar a dimensão espiritual e comunitária da fé. Para ele, a verdadeira reforma consiste em unir fidelidade ao depósito da fé e abertura pastoral, sem romper a continuidade doutrinal.

Entretanto, a recepção do Concílio na América Latina ocorreu em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, efervescência política e expansão das ideologias revolucionárias. A Conferência de Medellín (1968) representou o primeiro grande esforço do episcopado latino-americano para interpretar o Vaticano II a partir da realidade continental. Nela, categorias como “opção preferencial pelos pobres”, “libertação” e “estruturas de pecado” ganharam centralidade, enfatizando a responsabilidade social da Igreja perante a injustiça. Embora inspirada pelo espírito conciliar, essa leitura introduziu uma hermenêutica socioestrutural que aproximou a pastoral latino-americana das análises marxistas então predominantes no ambiente intelectual.

Segundo Ratzinger (1985), esse deslocamento hermenêutico significou uma mudança profunda na autocompreensão teológica: a salvação, antes compreendida como realidade espiritual e sacramental, passou a ser reinterpretada como transformação político-econômica. A evangelização foi gradualmente concebida menos como anúncio da fé e mais como conscientização social, aproximando a missão eclesial da militância. Pierucci (1996), sob uma perspectiva sociológica, descreve esse movimento como uma “politização da fé”, na qual a religião adquire função de mediação ideológica e se converte em instrumento de mobilização popular.

Assim, a recepção do Vaticano II no Brasil deve ser entendida como um processo ambivalente: por um lado, gerou uma autêntica revitalização pastoral e uma maior participação do laicato; por outro, abriu espaço para leituras que reinterpretaram a mensagem cristã à luz de categorias externas ao depósito da fé.

2.2 A Teologia da Libertação e a inversão hermenêutica

A Teologia da Libertação surgiu no final dos anos 1960 como esforço de reinterpretar a fé cristã a partir da realidade de pobreza e injustiça social da América Latina. Seu princípio metodológico, formulado por Gutiérrez, consiste em iniciar a reflexão teológica não pela Revelação, mas pela “práxis libertadora”, fazendo da experiência histórica do pobre o primeiro locus teológico. Essa mudança configura a chamada “inversão hermenêutica”: a Escritura e a Tradição deixam de operar como fontes primárias e passam a ser lidas à luz da análise sociológica da realidade. Autores como Juan Luis Segundo defendem que toda leitura bíblica é condicionada por pressupostos ideológicos e, por isso, a teologia deveria partir da crítica social para libertar o texto sagrado de interpretações consideradas conservadoras ou legitimadoras de desigualdades.

Nesse movimento, categorias marxistas — opressão, luta de classes, conscientização, transformação estrutural — tornam-se elementos interpretativos centrais. Teólogos como Leonardo e Clodovis Boff afirmam que a fé autêntica exige compromisso com a superação das estruturas de injustiça, o que leva à reinterpretação de conceitos como salvação e pecado em chave predominantemente sociopolítica. Assim, a libertação histórica tende a assumir primazia sobre a dimensão espiritual e escatológica da fé, e a missão da Igreja passa a ser compreendida prioritariamente como ação emancipatória. Essa hermenêutica influenciou profundamente a prática pastoral, especialmente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se tornaram espaços de leitura bíblica orientada por métodos de conscientização e organização comunitária.

Em reação, autores como Joseph Ratzinger alertaram que tal inversão metodológica subordina a fé a categorias externas ao cristianismo e reduz o Evangelho a instrumento de análise política. Ao adotar a práxis sociopolítica como chave de interpretação do cristianismo, afirma Ratzinger, a teologia perde seu fundamento revelado e substitui a esperança escatológica por um horizonte imanente, de cunho revolucionário. Congar, ainda que defensor do engajamento social da Igreja, também advertiu contra os riscos de uma “teologia politizada”. Assim, a inversão hermenêutica tornou-se o ponto de maior tensão teórica e pastoral do período: ao reinterpretar conceitos centrais da fé em linguagem sociológica, gerou tensões profundas sobre identidade, missão e fidelidade teológica, constituindo um dos núcleos da crise do catolicismo latino-americano no pós-concílio.

2.3 A Secularismo, Escola de Frankfurt e hegemonia cultural na Igreja latino-americana

O processo de reinterpretação sociopolítica da fé no pós-Concílio Vaticano II foi profundamente influenciado por correntes filosóficas modernas que redefiniram o sentido da cultura, da educação e da religião. A secularização — entendida não apenas como laicização institucional, mas como mentalidade autônoma que elimina a transcendência como critério de verdade (TAYLOR, 2007; CASANOVA, 1994) — deslocou o catolicismo de sua função formadora da consciência social para a esfera afetiva ou identitária. Esse esvaziamento do papel público da fé, que Weber descreve como “desencantamento do mundo”, criou ambiente favorável para a entrada de ideologias modernizadoras nas instituições religiosas.

Nesse contexto, a Escola de Frankfurt exerceu papel central. Adorno, Horkheimer e Marcuse reinterpretaram o marxismo em chave cultural, denunciando a razão moderna como instrumento de dominação (ADORNO; HORKHEIMER, 1985; MARCUSE, 1978). Seus conceitos — alienação, emancipação, práxis — foram incorporados pela Teologia da Libertação, que passou a interpretar a

realidade a partir de categorias críticas externas à fé. Como alerta Ratzinger (1986), essa assimilação produziu confusão metodológica: a teologia passou a operar com uma epistemologia que, em sua raiz, nega a transcendência e reduz o cristianismo à função sociopolítica de denúncia estrutural.

A partir da década de 1960, Gramsci tornou-se referência para compreender a transformação das instituições católicas, especialmente por meio de seu conceito de hegemonia cultural (GRAMSCI, 2000). Universidades católicas, seminários e centros de formação teológica incorporaram categorias gramscianas — “conscientização”, “intelectual orgânico”, “disputa de narrativas” — frequentemente mediadas pela pedagogia crítica de Paulo Freire. Essa apropriação gerou, como observa Assunção (2019), uma inversão operacional: a teologia passou a ser subordinada à pedagogia, e a verdade revelada, ao diálogo politizado. O caso paradigmático da PUC-Rio, analisado por Paim (1999), mostra como a hegemonia cultural operou dentro da própria Igreja: currículos foram reformulados, a filosofia cristã marginalizada e a linguagem teológica substituída por categorias político-ideológicas — expressão clara de uma secularização interna que reconfigurou parte significativa do catolicismo latino-americano.

2.4 Sociologia da religião e o deslocamento da fé para a ação política

A sociologia da religião oferece categorias fundamentais para compreender o deslocamento da fé para a ação sociopolítica no período pós-conciliar. Weber (1922) mostra que a modernidade desencanta o mundo e redefine o lugar social da religião; Casanova (1994) demonstra que a secularização não elimina a fé, mas a força a buscar novas formas de presença pública. Privada de seu antigo monopólio cultural, a Igreja passa a disputar espaço no campo das mediações sociais, ao lado de movimentos, partidos e organizações civis. Nesse ambiente, como observa Pierucci (1996), emerge a “politização da fé”: a tentativa de garantir relevância pública não pela mediação sacramental, mas por sua utilidade social.

Essa transformação é reforçada pelo contexto moderno descrito por Berger (1973) e Giddens (1991), no qual instituições tradicionais perdem a capacidade de oferecer sentido último à vida. Em um mundo pluralista e competitivo, a religião precisa justificar-se diante da opinião pública, o que incentiva a reorganização das prioridades pastorais em torno de agendas sociais e políticas. No caso latino-americano, marcado por desigualdades estruturais, a sociologia crítica — especialmente de matriz marxista — fornece categorias que muitos agentes pastorais adotam como chave hermenêutica da realidade, reinterpretando a pertença religiosa mais como militância que como adesão doutrinal, conforme analisa Hervieu-Léger (1999).

Nesse horizonte, a crise do catolicismo brasileiro entre 1960 e 1985 não pode ser entendida apenas como problema teológico, mas como expressão de um processo estrutural de modernização que fragmenta a “cadeia da memória crente” (HERVIEU-LÉGER, 1999). A religião, submetida à concorrência simbólica e às demandas de legitimação pública, tende a redefinir-se pela eficácia sociopolítica, correndo o risco de perder o equilíbrio entre transcendência e práxis histórica. Assim, a politização da religião, longe de ser um fenômeno isolado da Teologia da Libertação, é parte de um movimento mais profundo que remodela a identidade católica diante das pressões da modernidade.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, de natureza histórico-interpretativa, cujo objetivo é analisar criticamente as transformações teológicas e sociopolíticas do catolicismo brasileiro no período pós-Concílio Vaticano II.

As fontes primárias incluem documentos e publicações do Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER, especialmente o volume Igreja e sociedade no Brasil (Cadernos ISER, 1979), que registra a atuação das Comunidades Eclesiais de Base,

das pastorais sociais e das correntes teológicas vinculadas à leitura sociopolítica do cristianismo. Esses materiais foram examinados mediante análise hermenêutica, considerando tanto sua estrutura argumentativa quanto o contexto histórico que os produziu. As fontes secundárias abrangem obras clássicas e contemporâneas das áreas de Teologia, Filosofia e Sociologia da Religião, tais como Ratzinger (1985), Gutiérrez (1971), Boff (1981), Congar (1967), De Lubac (1947), Casanova (1994), Pierucci (1996) e Taylor (2007). A escolha desses autores obedeceu a dois critérios: (1) representatividade no debate sobre secularização, hermenêutica teológica e politização da fé; (2) relevância histórica para compreender a recepção do Concílio e a elaboração das correntes teológicas latino-americanas.

A metodologia articula três procedimentos analíticos. Primeiro, utiliza-se o método hermenêutico, que permite interpretar os significados teológicos e ideológicos presentes nos textos, identificando seus pressupostos e implicações. Segundo, recorre-se à análise crítica do discurso, a fim de evidenciar deslocamentos conceituais — especialmente a passagem da linguagem teológica para categorias sociopolíticas. Terceiro, mobiliza-se a análise histórica, indispensável para situar o desenvolvimento das ideias no interior das transformações sociais, culturais e eclesiais ocorridas entre 1960 e 1985.

A delimitação temporal do estudo — de 1960 a 1985 — justifica-se por abranger: (1) o período de recepção do Concílio Vaticano II na América Latina; (2) o surgimento e a consolidação da Teologia da Libertação; (3) a institucionalização das CEBs; e (4) as primeiras respostas doutrinárias e magisteriais às leituras ideologicamente orientadas da fé. Esse recorte permite observar com precisão o processo de reinterpretação do discurso religioso no interior da Igreja brasileira.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 O Vaticano II e a abertura ao mundo

A recepção do Concílio Vaticano II no Brasil produziu mudanças profundas e mensuráveis na vida eclesial. A partir dos anos 1960, a Igreja assumiu intenso protagonismo social, tornando-se — como registram os Cadernos ISER (1979) — uma verdadeira “mediadora social”, especialmente nos grandes centros urbanos marcados por migração, pobreza e favelização. Nesse contexto, pastorais sociais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se multiplicaram, enquanto práticas catequéticas tradicionais perdiam espaço. Pesquisas de Prandi (1990), Cleary (1985) e Mainwaring (1986) indicam que a paróquia foi descentralizada, o sacerdote tornou-se assessor das comunidades e lideranças leigas passaram a orientar encontros bíblicos e ações comunitárias, frequentemente associando leitura bíblica a diagnósticos sociopolíticos. Essa autonomia pastoral favoreceu ampla participação, mas também relativizou a centralidade sacramental e a unidade doutrinária.

As fontes sociológicas mostram que, nesse período, ocorreu uma mudança significativa no vocabulário religioso. Pierucci (1996) identifica uma “mudança de código simbólico”: termos teológicos clássicos foram progressivamente substituídos por categorias sociológicas como “opressão”, “conscientização”, “transformação estrutural” e “alienação”. Essa transição linguística coincidiu com o que Sanchis (1997) chama de “catolicismo de pertencimento comunitário”: a identidade religiosa passou a se organizar mais pela participação social do que pela adesão doutrinária, gerando uma Igreja socialmente presente, mas espiritualmente vulnerável. A análise de Hervieu-Léger (1999) confirma esse diagnóstico ao mostrar que a autoridade eclesial se fragmentou em redes comunitárias, nas quais o carisma de lideranças locais, em muitos casos, se sobrepunha à referência magisterial.

Paralelamente, transformações culturais e demográficas começaram a pluralizar aceleradamente o campo religioso brasileiro. O avanço pentecostal — documentado por Prandi, Chesnut e Mariano — passou a atrair fiéis em busca de experiência espiritual intensa, cura e devoção, bens que muitas comunidades católicas, cada vez mais focadas no engajamento social, não ofereciam. Assim, o Vaticano II fortaleceu a Igreja como ator social e defensor dos pobres, mas

contribuiu para um enfraquecimento gradual da transmissão doutrinária e da experiência sacramental. O conjunto desses elementos compõe o pano de fundo empírico da crise de identidade que marcará o catolicismo brasileiro nas décadas seguintes.

4.2 A Teologia da Libertação e a influência marxista

Os resultados sociológicos e documentais mostram que a Teologia da Libertação representou a inflexão mais profunda na vida e na identidade do catolicismo brasileiro pós-Concílio. Embora surgida como resposta pastoral às desigualdades e à repressão, rapidamente ultrapassou o campo estritamente teológico, adotando métodos de análise inspirados no marxismo. Já em 1979, os Cadernos ISER registram que agentes pastorais viam a Teologia da Libertação não apenas como orientação espiritual, mas como chave interpretativa global da realidade social.

A pesquisa empírica demonstra que a incorporação das categorias marxistas ocorreu por três vias principais: (1) círculos bíblicos e CEBs que realizavam análise de conjuntura; (2) pastorais sociais que promoviam formação política; e (3) institutos teológicos que integraram Marx, Althusser e Paulo Freire ao estudo bíblico. Cleary (1985) e Mainwaring (1986) mostram que, em diversas dioceses, a leitura da fé passou a ser filtrada pela “conscientização de classe”, deslocando a interpretação espiritual para a sociopolítica. Pierucci (1996) confirma essa mudança ao identificar, nos documentos pastorais dos anos 1970, o uso frequente de termos como “opressão estrutural”, “alienação” e “práxis histórica”, enquanto categorias teológicas tradicionais eram progressivamente reduzidas.

A redefinição do papel da Igreja foi outro efeito marcante. Segundo Michael Löwy (1989), muitos agentes de pastoral passaram a concebê-la como “vanguarda moral do povo”, priorizando sua função histórica e emancipatória em detrimento de

sua natureza sacramental. Evangelização e missão foram reinterpretadas como ação transformadora, enquanto práticas devocionais tradicionais eram vistas, em alguns contextos, como formas de alienação. Estudos de Della Cava (1975) e do ISER mostram que, em várias comunidades, o Evangelho era lido paralelamente a diagnósticos socioeconômicos baseados em teorias da dependência e na luta de classes.

Esse deslocamento impactou o comportamento religioso. Prandi (1990) registra queda da participação sacramental nas dioceses mais influenciadas pela Teologia da Libertação, substituída por mobilização comunitária e ações reivindicatórias. A fé tornou-se menos mística e mais instrumental, funcionando como dispositivo organizador da vida coletiva. Essa tendência culminou nas advertências da Congregação para a Doutrina da Fé (1984, 1986), nas quais Ratzinger identifica a “redução sociológica da fé”: quando o método marxista orienta a hermenêutica teológica, a escatologia cristã é trocada por um horizonte político.

Assim, os resultados revelam o caráter ambíguo da Teologia da Libertação: ao mesmo tempo em que expressou sensibilidade pastoral diante da pobreza, introduziu uma matriz hermenêutica que frequentemente subordinou o núcleo transcendente da fé às categorias marxistas de análise social. Esse movimento preparou o terreno para a crise de identidade que marcará a Igreja brasileira a partir dos anos 1980.

4.3 A pastoral popular e o engajamento político das CEBs: evidências empíricas (1960–1985)

Os dados do ISER (1990) mostram que a pastoral popular articulada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) extrapolou o âmbito estritamente religioso, tornando-se um dos principais motores de mobilização sociopolítica no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Esse processo, amadurecido desde o pós-Concílio,

articulou espiritualidade comunitária, leitura bíblica e resistência política em um contexto marcado pela repressão e pela exclusão das classes populares.

A convergência entre CEBs, Teologia da Libertação e movimentos sociais estruturou um ethos de engajamento que se tornou visível nas eleições de 1982: 902 candidatos vinculados à pastoral popular concorreram a cargos públicos — 67% pelo Partido dos Trabalhadores — e 117 foram eleitos. A imprensa nacional registrou o fenômeno. Em 1989, durante a campanha presidencial, a Folha de S. Paulo descreveu a mobilização das CEBs como possuidora de “dedicação militar e fé evangélica”, observando que milhares de padres, dezenas de milhares de comunidades e ampla simpatia episcopal poderiam favorecer Lula. Estimativas da época indicavam que a militância pastoral integrava o contingente de dois milhões de ativistas engajados nacionalmente (Pomar, 1990), com centenas de comícios e assembleias populares — só em São Bernardo, 122 comícios entre maio e novembro de 1989.

Esses dados evidenciam que a influência das CEBs não dependia de propaganda política explícita, mas de um modo de viver a fé em que solidariedade comunitária, análise social e militância política estavam integradas. Segundo o Jornal da Tarde (23.11.1989), cerca de 3,5 milhões de votos foram atribuídos ao ambiente das comunidades de base, resultado de uma espiritualidade que convertia pertença religiosa em engajamento sociopolítico.

A literatura sociológica identifica que esse processo reforçou a legitimidade social da Igreja, mas também intensificou a substituição da linguagem teológica por categorias de mobilização social. A fé foi gradualmente reinterpretada como ação transformadora, e não como mediação do transcendente — confirmando empiricamente o núcleo da crise de identidade analisada nesta pesquisa.

4.4 Hegemonia cultural nas instituições católicas: universidades, escolas e seminários

Os resultados documentais mostram que a transformação do catolicismo brasileiro no pós-Concílio não ocorreu apenas na pastoral de base: ela alcançou profundamente as instituições formativas — universidades católicas, escolas confessionais e seminários —, onde se verificou uma substituição progressiva da filosofia e teologia clássicas por matrizes derivadas do marxismo cultural, da Escola de Frankfurt e da pedagogia gramsciana. A literatura filosófica (Paim, 1999; Assunção, 2016) aponta que, a partir dos anos 1970, muitos centros católicos adotaram referenciais acadêmicos alinhados à teoria crítica, à pedagogia libertadora e à concepção gramsciana de hegemonia cultural, deslocando a formação para paradigmas sociopolíticos.

O caso da PUC-Rio, descrito por Antônio Paim, tornou-se emblemático: a hegemonia de professores vinculados ao marxismo crítico levou à substituição do tomismo e da tradição metafísica por abordagens sociológicas, estruturalistas e freireanas. Esse movimento não se restringiu ao Rio de Janeiro. Estudos do ISER mostram que diversos seminários e institutos teológicos passaram a formar futuros sacerdotes em referenciais analítico-críticos, privilegiando categorias como emancipação, estrutura social e transformação histórica. Essa orientação refletia a lógica gramsciana da formação da consciência: produzir “intelectuais orgânicos” aptos a interpretar a realidade sob perspectiva crítica, e não prioritariamente segundo a tradição cristã.

A influência da Escola de Frankfurt reforçou essa mudança. Autores como Adorno, Marcuse e Horkheimer tornaram-se presença constante nos currículos de filosofia, educação e ciências sociais, alimentando uma hermenêutica crítica das instituições, da autoridade e da tradição — muitas vezes em detrimento da teologia clássica. Em numerosos contextos formativos, a fé passou a ser tratada como construção cultural a ser criticamente desconstruída, mais do que como verdade revelada, configurando aquilo que Ratzinger denominaria “redução cultural da fé”.

Esse conjunto de transformações gerou efeitos duradouros: a formação teológica perdeu densidade doutrinal, a identidade sacerdotal tornou-se mais

sociopolítica que espiritual, e a tradição foi frequentemente submetida a crítica sem mediação de continuidade. A hegemonia cultural nos espaços formativos, portanto, cristalizou e amplificou a crise de identidade já presente no campo pastoral, moldando lideranças eclesiais cujas categorias de pensamento provinham mais da teoria crítica moderna do que da tradição católica.

4.5 A CNBB e o dilema do engajamento político

A atuação da CNBB no período pós-conciliar tornou-se um dos processos institucionais mais complexos da história da Igreja no Brasil. Profundamente impactada pelo Vaticano II, a Conferência assumiu liderança nacional na defesa dos direitos humanos durante o regime militar, articulando organismos como a CPT e o CIMI e consolidando o modelo brasileiro de engajamento pastoral (Mainwaring, 1986; Bidegain, 1993). Essa atuação reforçou a presença pública da Igreja, mas também inaugurou tensões internas significativas.

Uma parte expressiva do episcopado — especialmente no Norte e Nordeste — interpretou a missão da Igreja por categorias de denúncia estrutural e leitura sociológica da pobreza, aproximando-se da Teologia da Libertação. Figuras como Hélder Câmara, Casaldáliga e Balduino tornaram-se símbolos de um catolicismo profético voltado à defesa ativa dos vulneráveis. Outra parcela do episcopado, porém, advertia contra a “redução sociopolítica da fé”, em sintonia com as Instruções da Congregação para a Doutrina da Fé (1984, 1986), sublinhando que a evangelização e a vida sacramental não poderiam ser secundarizadas pela militância socioestrutural.

Essa ambivalência ficou ainda mais evidente na redemocratização. A CNBB participou de debates sobre anistia, reforma agrária e direitos sociais, mas enfrentou crescente dificuldade em estabelecer limites entre ação pastoral e ação partidária, sobretudo devido à politização das CEBs e ao envolvimento de clérigos em campanhas eleitorais. À medida que o campo religioso se pluralizava — com o

rápido avanço pentecostal — a CNBB perdeu a hegemonia simbólica que antes possuía, intensificando o dilema entre missão espiritual e engajamento sociopolítico.

4.6 João Paulo II, Bento XVI e a tentativa de reconstrução da identidade católica

A superação da crise de identidade que marcou o catolicismo brasileiro entre 1960 e 1985 exige compreender a intervenção teológica realizada pelos pontificados de João Paulo II e Bento XVI. Diante da crescente politização da pastoral e da difusão de categorias sociológicas como matriz interpretativa da fé — fenômeno amplamente confirmado pelo ISER e por estudos sociológicos — ambos os papas buscaram restaurar o equilíbrio entre missão espiritual, compromisso social e fidelidade doutrinal.

João Paulo II foi o primeiro a enfrentar essa situação de modo direto. Em suas visitas ao Brasil, sobretudo em 1980, reconheceu o valor evangelizador das CEBs, mas advertiu que elas não poderiam transformar-se em instrumentos ideológicos ou células de luta de classes. Insistiu que só permanecem autênticas quando enraizadas na Eucaristia, na comunhão com o bispo e na fidelidade ao Magistério. Suas intervenções respondiam ao contexto brasileiro, onde milhares de comunidades estavam intensamente envolvidas em campanhas eleitorais, especialmente em 1982 e 1989. O Papa reafirmou que a opção pelos pobres deve ser teológica e pastoral, jamais ideológica ou partidária.

Bento XVI aprofundou essa correção ao identificar o núcleo filosófico da crise: o avanço do relativismo e a redução da fé a produto cultural moldado por categorias políticas. Para ele, a Igreja só conserva sua identidade quando permanece enraizada na verdade revelada e na liturgia, não em paradigmas externos ao Evangelho. Em obras como *Fé, Verdade e Tolerância* (2003), advertiu

que a fé perde sua força quando a ação social se emancipa da vida sacramental e da dimensão transcendente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo permite concluir que a crise de identidade do catolicismo brasileiro no pós-Concílio Vaticano II resultou da convergência entre mutações teológicas, disputas hermenêuticas e reconfigurações sociopolíticas que alteraram profundamente o modo de ser Igreja no país. A abertura conciliar ao mundo moderno — originalmente orientada ao diálogo pastoral e ao ressourcement espiritual — foi reinterpretada por amplos setores eclesiais como legitimação de um projeto de engajamento sociopolítico. Essa leitura, amplamente documentada nos Cadernos do ISER, nos textos programáticos da Teologia da Libertação e na prática das CEBs, produziu uma inversão hermenêutica em que categorias teológicas centrais passaram a ser reformuladas segundo matrizes sociológicas e marxistas.

Os resultados demonstram que essa inflexão não permaneceu circunscrita ao debate acadêmico ou teológico. Ela penetrou a vida pastoral cotidiana, impactando a catequese, a liturgia, a formação do clero, as universidades católicas e a própria estrutura organizativa da Igreja. A substituição de processos catequéticos por metodologias de conscientização política fragilizou a transmissão da fé e gerou uma geração de fiéis cuja identidade religiosa se estruturou mais sobre a militância do que sobre a doutrina. Essa fragilização intensificou a divisão interna: de um lado, setores que concebiam a evangelização como instrumento de libertação sociopolítica; de outro, movimentos eclesiais e comunidades que buscavam preservar a espiritualidade, a liturgia e o magistério como centro da vida cristã.

As intervenções magisteriais de João Paulo II e do então cardeal Joseph Ratzinger revelaram a gravidade dessa crise. Ambos reafirmaram que o compromisso com os pobres não pode ser separado da verdade revelada, e que o método marxista — mesmo quando empregado apenas como mediação analítica — produz uma redução sociológica da fé. Suas correções doutrinárias e orientações

pastorais foram decisivas para conter excessos, mas não foram suficientes para reverter, a curto prazo, a erosão espiritual e o esvaziamento catequético já enraizados em diversos setores da Igreja brasileira.

As consequências desse processo ultrapassam as fronteiras da instituição e se projetam sobre todo o campo religioso nacional. A politização da fé, a perda de conteúdo doutrinal, o enfraquecimento da prática sacramental e o deslocamento da linguagem teológica para categorias de luta e conflito contribuíram diretamente para a migração de milhões de católicos para igrejas pentecostais e neopentecostais. Estas, ao oferecerem experiência de transcendência, centralidade da oração, clareza moral e promessa de transformação pessoal, ocuparam o espaço deixado pelo catolicismo quando este se tornou, em muitos contextos, predominantemente sociopolítico e pouco espiritual.

Dessa forma, o período entre 1960 e 1985 representa um divisor de águas na história religiosa do Brasil. Nele, o catolicismo encontrou-se fragmentado entre fidelidade à sua tradição espiritual e adesão a projetos sociopolíticos que, embora motivados por preocupações legítimas, nem sempre eram compatíveis com sua identidade profunda. Essa tensão — entre fé e ideologia, entre sacramento e militância, entre transcendência e historicismo — não apenas moldou o catolicismo da época, mas estabeleceu as condições para a reconfiguração religiosa que se consolidaria nas décadas seguintes.

A partir desses achados, torna-se evidente que a ascensão do pentecostalismo e do neopentecostalismo não pode ser compreendida sem referência à crise interna vivida pela Igreja Católica no pós-Concílio. O esvaziamento doutrinal, a perda da dimensão sobrenatural, a fragmentação pastoral e a hegemonia ideológica em espaços formativos criaram as condições para que outras tradições religiosas suprissem a demanda espiritual não mais atendida pelo catolicismo. A continuidade desta pesquisa — desenvolvida no artigo seguinte — permitirá compreender como esses movimentos pentecostais, ao responderem às

lacunas deixadas pela crise pós-conciliar, transformaram estruturalmente o mapa religioso brasileiro e inauguraram uma nova fase da história religiosa do país.

6 REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ASSUNÇÃO, Luiz Felipe. A hegemonia cultural no Brasil contemporâneo. São Paulo: É Realizações, 2014.
- BIDEGAIN, Ana Maria. A Igreja Católica e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BINGEMER, Maria Clara; BIDEGAIN, Ana Maria. A mulher na Igreja da América Latina. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BOFF, Leonardo. Igreja: carisma e poder. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CLEARY, Edward. The Crisis in the Church in Latin America. Maryknoll: Orbis Books, 1985.
- CONCÍLIO VATICANO II. Constitutiones, Decreta, Declarationes. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1960.
- CONGAR, Yves. Verdadeira e falsa reforma na Igreja. São Paulo: Paulinas, 1967.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”. Roma: Santa Sé, 1984.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Libertatis conscientia: Instrução sobre liberdade cristã e libertação. Roma: Santa Sé, 1986.
- DE LUBAC, Henri. Catolicismo: aspectos sociais do dogma. Rio de Janeiro: Agir, 1947.
- DELLA CAVA, Ralph. Milagre em Joazeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FOLHA DE S. PAULO. Diretas-89. 11 dez. 1989, p. B6.
- FOLHA DE S. PAULO. Esquerda da Igreja fará boca de urna para Lula. 17 dez. 1989, p. B5.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da libertação: perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1971.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. Religião e modernidade. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião. Cadernos do ISER: Igreja e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1979.

ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião. Religião e política no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1990.

JOÃO PAULO II. Documentos e discursos durante a visita ao Brasil (1980). Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1980.

JOÃO PAULO II. Mensagem ao III Encontro Intereclesial de CEBs. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1986.

JORNAL DA TARDE. CEBs e a votação de 1989. 23 nov. 1989.

LÖWY, Michael. Marxismo e religião na América Latina. São Paulo: Ática, 1989.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916–1985). São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MARCUSE, Herbert. Razão e revolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PAIM, Antônio. Os intérpretes da Filosofia Brasileira. Londrina: Editora UEL, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Cultura, política e religião. São Paulo: Ática, 1996.

PRANDI, Reginaldo. Os caminhos da fé: catolicismo e sociedade no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1990.

RATZINGER, Joseph. A fé em crise?. São Paulo: Loyola, 1985.

RATZINGER, Joseph. Fé, verdade e tolerância: o cristianismo e as religiões do mundo. São Paulo: Loyola, 1986.



SANCHIS, Pierre. Religiões, religião: estudo de sociologia religiosa. São Paulo: Paulinas, 1997.

TAYLOR, Charles. Uma era secular. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Da senzala à colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1978.

